



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 8/2016

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal  
de Vila Real de Santo António, realizada no dia  
29 de março de 2016.

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2016, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, por ausência do Sr. Presidente, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas e cinco minutos, os Srs. Vereadores João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira, David Matias Murta, Luís Miguel Cristo Salvador Salas e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Vice-presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- ADENDA AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO COMERCIAL A CÉU ABERTO;
- PLANO DE PORMENOR DA PONTA DA AREIA (PPPA);
- CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- REGULAMENTO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

- MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ANO DE 2016;
- MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A ADRIP E A IBÉRICA EVENTOS & ESPETÁCULOS, SLU RELATIVO À ANIMAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE CACELA VELHA;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL SITO NA FAIXA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. ANTÓNIO PASSOS, N.º 50, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – MARIA DO CARMO CARDOSO GOMES;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL SITO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. ANTÓNIO CAPA, N.º 39, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – BRUNO FILIPE TORRES MARCOS;
- ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADRIP COM A VISTA À COBRANÇA DAS OCUPAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço do Município, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.287.367,01€ (um milhão duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete euros e um cêntimo).

3  
W  
A

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Vice-presidente propôs a inclusão da seguinte Proposta:

**NÃO RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E JOSÉ HENRIQUES ANTUNES DA SILVA**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

O Sr. Vereador David Murta manifestou a sua preocupação pelo facto das equipas do Sr. Ricardo Godoy poderem ter utilizado jogadores mais velhos do que a idade permitida nos escalões do Mundialito 2016. Disse que essa situação a comprovar-se distorce a verdade desportiva, deixando uma má imagem, quer para a organização, quer, essencialmente, para o Município. Questionou-se o Executivo está a efetuar alguma sindicância, pois nas redes sociais estão a ser colocadas muitas informações pouco positivas sobre o Evento.

Referiu ainda o Sr. Vereador que a Páscoa não é só o Mundialito, daí que os recursos, por estarem muito concentrados no Evento, possam descurar outras áreas públicas municipais, como praias, ruas e jardins. Pede para que haja um equilíbrio na gestão dos recursos humanos, não afetando muitos meios ao Mundialito e descurando outros espaços públicos que também são procurados pelos turistas e residentes. Finalmente questionou sobre a data prevista para a conclusão do asfaltamento de algumas ruas de Monte Gordo e sobre as conclusões e resultados efetivos da visita de Sua Excelência a Ministra do Mar.



4  
A  
A

A Sra. Vereadora disse que as crianças das equipas do Mali apresentaram Bilhete de Identidade e os mesmos indicam as idades dos jovens. Contudo, informou que vai reunir com o núcleo desportivo da organização do Mundialito para apurar se houve algo inapropriado. Esclareceu que os recursos humanos afetos ao Mundialito não são os mesmos que estão nas praias, pelo que não foram descurados outros espaços públicos municipais. Relembrou que o Concelho recebeu muitos turistas nos dias da Páscoa mas na sua opinião os serviços de limpeza prestaram um bom desempenho. Comunicou que a obra de asfaltamento deve estar concluída no prazo de dois dias e transmitiu que foram apresentados à Sra. Ministra os projetos anunciados na BTL, tendo a Sra. Ministra ficado agradada e referido que importa concretizá-los.

O Sr. Vereador José Cruz disse que para a CDU os investimentos mencionados são apenas intenções mas que não passam de um power point. Referiu que o último Protocolo assinado com a atual Sra. Ministra do Mar foi celebrado há quatro anos atrás quando a Senhora desempenhava as funções de Secretária de Estado mas até hoje nada foi concretizado. Para a CDU deve haver um acordo claro e escrito, tal como os Municípios de Faro e Portimão têm para que as ações se concretizem. Sem acordo assinado, a CDU vê os investimentos com muito ceticismo, concluindo que não passam de notícias de jornais.

A Sra. Vice-presidente informou que há uma reunião agendada entre os técnicos do Ministério respetivo e o Sr. Presidente da Câmara e os técnicos do Município.

O Sr. Vereador David Murta disse que vê com agrado que se retire da gaveta os acordos assinados há uns anos atrás com a então Sra. Secretária de Estado.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

ADENDA AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CENTRO COMERCIAL A CÉU ABERTO.

- A Sra. Vice-presidente, Maria da Conceição Cabrita, retirou a proposta, devendo a mesma ser presente numa próxima reunião.

PLANO DE PORMENOR DA PONTA DA AREIA (PPPA).

O Sr. Vereador José Cruz referiu que em 1985, a CDU tinha uma estratégia para a Ponta da Areia. A mesma foi incluída no PDM em vigor mas nunca foi implementada. Pediu que fique garantido que os cidadãos tenham acesso à praia de Santo António, independentemente das iniciativas que se venham a concretizar no Plano.

A Sra. Vice-presidente disse que os cidadãos não deixarão de ter acesso às praias e que não está previsto nenhum campo de golfe para o local.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que os entendidos na matéria referem que quanto mais campos de golfe juntos maior é a atratividade.

O Sr. Vereador João Sol aludiu que o campo de golfe está previsto no PDM mas não vai ser executado.

O Sr. Vereador José Cruz disse que se ia abster pois não tem conhecimento do Plano, pelo que só se pronunciará quando tiver conhecimento das ações incluídas no mesmo.

O Sr. Vereador David Murta referiu que o Partido Socialista também se ia abster e opinará e decidirá quando o Plano for submetido à Câmara Municipal.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a elaboração do Plano de Pormenor da Ponta da Areia, em conformidade com o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com base nos Termos de Referência em anexo (Anexo I), publicar o teor desta deliberação de Câmara sob a forma de Aviso no Diário da República, na comunicação social e na página da Internet do Município, estabelecendo os respetivos prazos de elaboração e o período de participação a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei anteriormente mencionado, e solicitar à CCDR-ALG parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental, nos termos do n.º 3 do artigo 78.º do mesmo Diploma, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



## CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a proposta é idêntica à anterior, pelo que a CDU mantém a mesma posição de voto.

O Sr. Vereador Luís Salas referiu que na anterior proposta constava um fundamento de uma mais-valia para os Concelhos, um efeito de escala e muitas vantagens para os Municípios. Assim, questionou sobre qual o motivo do Município de Castro Marim não querer continuar com o concurso público.

A Sra. Vice-presidente explicou que o Executivo de Castro Marim não consegue o entendimento político na Assembleia Municipal, pelo que não continua no processo. Referiu que para o Executivo Municipal de Vila Real de Santo António o projeto é muito interessante, daí que mantém o concurso.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem revogadas as deliberações tomadas pela câmara municipal nas reuniões datadas de 17 de dezembro de 2015 e 19 de fevereiro de 2016 relativas à abertura do procedimento de Concurso Público Internacional para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de objetos volumosos (“monstros” ou “monos”) e resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, de praias e ribeiras no concelho de Vila Real de Santo António e nas freguesias de Castro Marim e de Altura, ambas do concelho de Castro Marim, propor à Assembleia Municipal que proceda à revogação das deliberações tomadas por aquele órgão nas reuniões datadas de 28 de dezembro de 2015 e 29 de fevereiro de 2016 relativas ao procedimento de concurso identificado anteriormente e submeter à

aprovação da Assembleia Municipal a abertura do procedimento de Concurso Público Internacional para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, recolha de objetos volumosos (“monstros” ou “monos”) e resíduos verdes, lavagem de contentores, limpeza urbana, de praias e ribeiras no concelho de Vila Real de Santo António, assim como a assunção do compromisso plurianual associado ao mesmo, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as minutas das peças para o procedimento referido, nas quais constam os termos e condições para a contratação, e aprovar a constituição do júri do concurso, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

#### REGULAMENTO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

A Sra. Vice-presidente transmitiu que não houve interessados no período de discussão pública.

O Sr. Vereador José Cruz disse que para a CDU a aplicação da taxa turística retira competitividade à hotelaria do Concelho. E deu o exemplo que Portimão recuou e que Lisboa é que tem taxa turística mas porque tem um grande poder e uma grande atratividade por ser Capital.

O Sr. Vereador João Rodrigues comunicou que Portimão continua com a aplicação da taxa turística.



O Sr. Vereador David Murta mencionou que o Partido Socialista mantém a mesma posição da anterior votação.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador David Murta disse que a Câmara Municipal gasta muito dinheiro com prestações de serviço supérfluas que podem ser eliminadas, devendo canalizar-se essas verbas para apoiar instituições locais.

O Sr. Vereador José Cruz pediu para que o Executivo solicite a todas as instituições que recebem apoio financeiro da Câmara para apresentarem os respetivos relatórios de contas.

A Sra. Vice-presidente esclareceu que as instituições apresentam anualmente as respetivas contas.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de acordo de cooperação para o desenvolvimento social com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – ANO DE 2016.

O Sr. Vereador David Murta disse que a Câmara Municipal gasta muito dinheiro com prestações de serviço supérfluas que podem ser eliminadas, devendo canalizar-se essas verbas para apoiar instituições locais.

O Sr. Vereador José Cruz pediu para que o Executivo solicite a todas as instituições que recebem apoio financeiro da Câmara para apresentarem os respetivos relatórios de contas.

A Sra. Vice-presidente esclareceu que as instituições apresentam anualmente as respetivas contas.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de acordo de cooperação para o desenvolvimento social com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António e consequente Ficha do Contrato Programa 2016, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

11  
—  
X  
A

MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A ADRIP E A IBÉRICA EVENTOS & ESPETÁCULOS, SLU RELATIVO À ANIMAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE CACELA VELHA.

O Sr. Vereador José Cruz disse que o parecer jurídico não responde à questão levantada pelos Srs. Vereadores da oposição. Referiu que a CDU não concorda que uma empresa privada faça a gestão do espaço público em Cacela Velha e cobre verbas a outras empresas. Mencionou que se deveria fazer um acordo entre a Câmara Municipal e a ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela e esta contratava as empresas que entendesse.

A Sra. Vice-presidente pediu para que o Sr. Vereador José Cruz mencionasse para ficar em Ata o que quer ver respondido juridicamente.

O Sr. Vereador José Cruz respondeu que a CDU concorda com o acordo entre a ADRIP e o Município, mas deve ser a Associação a assumir as funções de coordenador do evento, pelo que o protocolo não deve incluir a empresa privada.

O Sr. Vereador David Murta mencionou que quando solicitou que a proposta fosse retirada para vir acompanhada de um parecer jurídico era para ter a certeza que legalmente o Município pode efetuar este acordo com uma empresa privada.

A Sra. Vice-presidente disse que o parecer jurídico fundamenta a legalidade da proposta, pelo que o Município pode celebrar o Protocolo.





= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do Protocolo entre o Município de Vila Real de Santo António, a ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela e a Ibérica Eventos & Espetáculos, SLU relativo à animação do Núcleo Histórico de Cacela Velha, com a organização das “Noites D’Encanto” no Verão de 2016, com fundamento no teor da informação da Chefe da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

**EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL SITO NA FAIXA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. ANTÓNIO PASSOS, N.º 50, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – MARIA DO CARMO CARDOSO GOMES.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 738, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 31 m<sup>2</sup>, com a área total de 40 m<sup>2</sup>, destinado a habitação, localizado na Rua Dr. António Passos, n.º 50, em Vila Real de Santo António, conforme determina o artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL SITO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. ANTÓNIO CAPA, N.º 39, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BRUNO FILIPE TORRES MARCOS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 3633, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 321,9 m<sup>2</sup>, destinado a habitação, localizado na Rua Dr. António Passos, n.º 39, em Vila Real de Santo António, conforme determina o artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADRIP COM A VISTA À COBRANÇA DAS OCUPAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a alteração ao n.º 3 da Clausula 4.ª do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e a ADRIP - Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela, em 15 de novembro de 2015, e que deve passar a ter a seguinte redação: "3 - A Associação é totalmente responsável pelo cumprimento das imposições legais que recaiam sobre a sua atividade relacionadas com a organização do evento." Deliberou ainda autorizar a celebração do Aditamento ao Protocolo, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

NÃO RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E JOSÉ HENRIQUES ANTUNES DA SILVA.

O Sr. Vereador José Cruz perguntou se o Sr. José Henriques Antunes da Silva vai manter a atividade.

O Sr. Vereador João Sol respondeu que não sabe mas se mantiver o interesse terá que solicitar o licenciamento à empresa municipal VRSA-SGU.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a não renovação do Protocolo celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e o Sr. José Henriques Antunes da Silva, com efeitos imediatos, e a consequente extinção do mesmo, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



15  
A  
H

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registrou-se a intervenção do seguinte munícipe:

- Sr. João Alexandre: Disse que a Câmara Municipal não lhe responde às diversas cartas que tem enviado, umas sobre o término da Estrada Nacional 125, cujo espaço colide com a sua propriedade, e outras sobre o prédio ilegal construído pelo vizinho e que funciona como pensão, que já teve sentença do Tribunal para ser demolido. Referiu que já reuniu diversas vezes com os Srs. Vereadores João Sol e João Rodrigues mas não lhe solucionaram o problema nem lhe respondem com eficiência às questões que tem colocado.

A Sra. Vice-presidente comunicou que a Câmara Municipal ia responder juridicamente a todas as questões apresentadas.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice-presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e dez minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

Man de Am Cap Gule

Francisco Sabino